

RIO VERMELHO COMO REFERÊNCIA CULTURAL

Cristina Helou Gomide*

Resumo

Este artigo trata do Rio Vermelho como referência cultural para a cidade de Goiás, ex-capital do estado de Goiás. A história das águas do rio foi analisada a partir de narrativas orais, literatura local, imprensa e cartões postais. Tendo-os como base, percebemos o modo como as histórias e memórias em torno do rio foram sendo resignificadas desde o século XVIII até o XXI.

Palavras chave: cidade, patrimônio, cultura.

Abstract

This article deals with the Red River as a cultural reference to the city of Goiás, the former capital of the state of Goiás. The history of the river water was analyzed from oral narratives, local literature, newspapers and postcards. Taking them as a basis, we see how the stories and memories around the river have been rebuilt since the eighteenth century to the XXI.

Keywords: city, heritage, culture.

Este artigo trata do Rio Vermelho como uma referência cultural para a Cidade de Goiás. Para tanto, está dividido em quatro partes. Em um primeiro momento, lendo-o conforme as representações de moradores locais; em segundo, o rio abordado pela literatura, sobretudo na visão de Cora Coralina – poetiza e moradora local; em terceiro, como referência para os veículos de comunicação, como jornais do estado de Goiás; e, finalmente, o rio como cartão-postal, retratando aí a catástrofe da enchente de 2001 e o modo como é exposta em cartões-postais, seus sentidos e significados.

O Rio Vermelho é hoje uma referência cultural para moradores da cidade de Goiás. O rio foi constituindo-se em referência cultural através das experiências vividas em torno dele, e com ele. A história da cidade calca-se na história da mineração praticada no Rio Vermelho. Da mineração surge o Arraial, caracterizando também um “mito de origem”. Ao longo dos anos, o rio tem sido referência de “exageros” e de “sobrevivência”, tendo sido citado durante muito tempo em relatórios de governo, Atas da Câmara, e manuscritos de época e também por viajantes europeus que passaram por Goiás. Nas narrativas orais de moradores locais, o rio aparece como parte de suas experiências sociais e, por isso, colecionam-se histórias sobre ele. À época da enchente de 2001, o Rio Vermelho tornou-se alvo não somente da imprensa televisiva e escrita, mas foi retomado também na literatura, e nas narrativas orais e revisto nas

dimensões do lazer, trazendo memórias sobre o cotidiano nele vivido desde o período inicial do garimpo na colônia.

Presente nas narrativas orais e escritas, tais como a literatura local e a imprensa regional, as águas do rio têm sido, ao longo dos tempos, motivo de discussão, preocupação e admiração. Conhecido ora como lugar de lazer, expresso na lavagem de roupas, ora como lugar do trabalho, nas práticas de garimpo, ele é parte das histórias sobre a origem da cidade, no início do século XVIII. O rio, que corta a cidade e a divide em duas, é local fundante e vigente na vida das pessoas que ali residem e que o visitam. É também assunto jornalístico da atualidade e tem sido abordado na literatura sobre o local desde o século XVIII.

Durante o período que se estende do século XVIII ao XX, o rio foi retratado em manuscritos, relatórios administrativos da Província, nas imprensas oficial e regional, na literatura goiana e nas narrativas orais de moradores locais. Nestes registros, representações diversas estão expressas sobre o rio, tecendo-o, com o passar do tempo, como parte da dinâmica da história da cidade e de sua memória. No século XX, o Rio Vermelho aparece não mais somente como referência geográfica, mas como símbolo de experiências cotidianas vividas em Goiás: no lazer, no trabalho, na disposição física da cidade (cortada ao meio), nas enchentes.

Atualmente, o rio é focado pela imprensa goiana como símbolo do “caos” e da “gênese” urbana. É, por várias vezes, apresentado como referência patrimonial. Outras vezes, como causador de enchentes. Em outras tantas, é atrativo para discussões sobre problemas ambientais tão em voga no presente.

O Rio Vermelho é um fio condutor de várias práticas que vão povoando as memórias de moradores, de jornais, de textos literários, registros cartoriais, etc. A exemplo disso, tem-se o jornal “O Popular”, uma das fontes de investigação aqui apresentadas. Este jornal é um dos veículos de imprensa da Associação Jaime Câmara (afiliada da TV Globo em Goiás), cujo ano I de publicação ocorreu em Goiânia, em 1938, logo após a inauguração oficial da cidade. Neste período, o jornal colocou em pauta um discurso de denúncia, mas também evidenciou a falta de infra-estrutura da cidade, estimulando em nosso imaginário a idéia de lugar do “atraso”.

Na tessitura das memórias sobre a cidade de Goiás, o Rio Vermelho foi retratado de duas formas no jornal O Popular: primeiramente como parte da gênese urbana, do ciclo do ouro e da riqueza - como nos manuscritos e relatórios de governo dos séculos XVIII e XIX. Em seguida, o rio foi representado como “lendário”, mas carregado de problemas que foram

se agravando ao longo do tempo. Nas duas formas, alguns pontos em comum. Dentre eles, a experiência do garimpo, formulando uma memória que se entrelaçou com as enchentes que marcaram momentos históricos na cidade, comprometendo a integridade físico-arquitetônica do centro urbano. Nos artigos, pode-se ler sobre pontes derrubadas, lojas destruídas, casas caídas e morte.

Na segunda metade do século XX, com a tendência em ascensão de defesa do meio ambiente, reportagens de jornal defendendo a causa preservacionista abordaram o rio, seus problemas e belezas. O Popular esteve à frente das questões preservacionistas e patrimoniais no decorrer da história de construção da imagem da cidade histórica. A cidade viveu, em 2001, um problema público que também foi retratado pelo jornal: a cidade entre o “ser Patrimônio Mundial” e as enchentes do Rio Vermelho, que assolaram alguns locais do centro histórico de Goiás. Em 2001, ano em que a cidade havia conquistado o título de “Patrimônio da Humanidade”, concedido pela Unesco, uma enchente assolou o centro urbano local. Vários locais foram destruídos pela cheia do rio Vermelho. A Casa de Cora Coralina, a Cruz do Anhanguera, lojas que estavam localizadas às margens do rio, partes do calçamento, casas de moradores próximas ao rio.

Nas imagens sobre a cidade, os circuitos abertos de TV no Brasil, questionavam a possibilidade de “reconstrução” da cidade e lamentavam o acontecimento, sobretudo em função do título recém conquistado.

Várias pessoas do campo administrativo e políticos visitaram a cidade. Fernando Henrique Cardoso, então presidente do Brasil, e Francisco Weffort, então ministro da Cultura, foram alguns destes¹. A preocupação fundamental era: quando e como reconstruir o que foi destruído, visando à manutenção do título obtido².

¹ O Projeto Monumenta é um dos exemplos de verba destinada à recuperação de sítios históricos, como foi citado em site http://www.cidadeshistoricas.art.br/hac/especiais/esp_goiias_p.htm: “Goiás foi uma das cidades escolhidas na primeira fase do Projeto Monumenta, que financia a recuperação de sítios tombados através de empréstimos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Cerca de R\$ 1,9 milhões devem ser destinados à cidade, que deve investi-los na restauração de monumentos, como o Antigo Mercado, o Matadouro e o Quartel XX, e na recuperação da área do rio Vermelho. Proprietários de imóveis tombados poderão conseguir empréstimos para reformar suas casas.” À época da enchente, parte desta verba foi empregada na reconstrução de parte da cidade arrebatada pela catástrofe. Estas informações do modo como estão aqui colocadas também podem ser acessadas através do *Folder* do Projeto Monumenta, amplamente distribuído nas cidades históricas brasileiras.

² Essa preocupação não se deteve somente aos órgãos públicos ou de representação política, mas, conforme muitas conversas com moradores, grande parte das pessoas compartilhou deste sentimento, mesmo que não tenham participado diretamente naquele momento.

Em artigos publicados pelo jornal *O Popular* em 2003, os temas “enchente, destruição e reconstrução” foram recorrentes. Neste processo, foi impressionante a prioridade que se deu ao “Museu e Casa Cora Coralina”³ e à “Cruz do Anhanguera”⁴ - fortes referências turísticas, na perspectiva da memória oficial, como já tratado nesta tese.

Apesar da importância desta discussão, o que é fundamental nesta interpretação é o modo como a imprensa valorou o evento catastrófico de 2001. A importância da conquista de um título como o obtido pela Unesco é inegável, mas remete a outras questões, como, as prioridades eleitas no processo de “reconstrução” e o modo como a imprensa as abordou.

Mapeando as histórias da cidade de Goiás e a forma com que o termo “reconstrução” foi inserido, pode-se perceber o privilégio atribuído a lugares, espaços, monumentos. Sobre isso, o jornal *O Popular*, fornece algumas pistas:

Estão previstas para começar hoje as obras de recuperação do calçamento de pedra da cidade de Goiás. Afetado com a enchente que atingiu o município na entrada de 2002, há quatro meses já havia dinheiro depositado pela Eletrobrás, para custear parte da obra. Mas a prefeitura da cidade se recusava a dar a autorização, com a exigência de um planejamento detalhado das obras para evitar transtornos aos moradores das ruas afetadas. Hoje o prefeito Boadyr Veloso escolhe por onde as obras podem ser iniciadas. As obras estão sob a responsabilidade do Museu e Casa Cora Coralina. Conforme a diretora, Marlene Velasco, o trabalho começa imediatamente. (...) A reconstrução do calçamento é considerada vital no processo de recuperação da cidade, que correu o risco de perder o título de Patrimônio da Humanidade concedido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco).

(...) As pedras, que são do tipo gnase (rochosas), serão reaproveitadas, mas se for necessário reposição, as novas serão do mesmo tipo.

Dos Locais em que o calçamento foi reconstruído após a enchente de 2001, constam:

Rua Professor Ferreira – onde todas as casas são do século 18;

Beco do Sócrates – sai da Praça do Chafariz e acaba no Largo da igreja de São Francisco;

Beco Vila Rica – passa nos fundos da Casa de Cora.

Rua Eugênio Jardim – Casa do século 18. Em uma, residiu o escritor Professor Ferreira. Também abriga o sobrado onde funcionou o primeiro consulado da Alemanha e o primeiro fórum de Goiás. Era chamada de Rua das Relações;

³ A casa foi transformada em Museu após a morte da escritora, em 1985. No dossiê elaborado para incluir a cidade de Goiás no conjunto de cidades tombadas pela Unesco, duas páginas foram destinadas a ela. Fotos da casa e de dois espaços internos (quarto e cozinha) foram anexadas. Conforme Andréa Delgado, Cora Coralina foi inscrita aí como “Cora-Monumento”. Deu-se, efetivamente, a apropriação da poetisa no circuito turístico da cidade de Goiás, enquadrando-a – e à sua casa – aos *folders* turísticos e à trajetória da cidade. Ver DELGADO, Andréa (2003).

⁴ A Cruz do Anhanguera foi construída em 1917, pelo Dr. Goiás d Couto. Em 1967 ocorreu, na cidade de Goiás, uma festa em comemoração à implantação do monumento. Ver, DELGADO, Andréa (2003)

Cecos do Mingú, do Sertão, de Ouro Fino – todos eternizados nos poemas de Cora Coralina;

Travessas da Rua do Horto – sai em frente ao quartel da Política Militar. (Jornal O Popular, 2003)

No artigo do jornal O Popular sobre a reconstrução, o centro histórico é a grande referência. Isto, claro, porque foi ali o local no qual se constatou maior devastação. O calçamento do centro histórico ficou comprometido, e, com ele, o título recém-obtido. Esse receio assombrou as expectativas de pessoas ligadas a esse processo. Verbas de diversas partes foram cogitadas, outras foram obtidas. Pessoas foram indenizadas. A construção de prédios comerciais antes localizados às margens do rio foi proibida. Também o poder público e órgãos de iniciativa particular, como o Museu e Casa Cora Coralina foram, apontados na narrativa impressa, como se pode observar a seguir:

...o prefeito da cidade de Goiás esteve em Goiânia acompanhando o trâmite de um pedido de recurso ao governo estadual. O dinheiro é para ajudar na desapropriação de mais de dez imóveis, onde funcionava o antigo mercado da cidade de Goiás. Boa parte das construções desabou com a enchente e hoje o que se vê no local são escombros que destoam de uma cidade com título de Patrimônio da Humanidade, além do descontentamento dos proprietários dos imóveis e dos moradores vizinhos.

A intenção da prefeitura é demolir o restante do que sobrou das lojas comerciais que funcionavam no antigo mercado. O local acabou condenado pela Defesa Civil. A área é considerada de risco porque está bem à margem do Rio Vermelho, portanto sujeita a sofrer as conseqüências de novas enchentes.

Em diálogo com um casal de moradores do Bairro de Sant’Ana, outras experiências vividas durante o evento da enchente de 2001 vieram à tona. Em algumas delas, narrativas carregadas de “consciência política” e de um sentimento de pertencimento à cidade. Maria Lúcia e Luis Antônio narraram o acontecido trazendo da memória coisas que lhes chamaram a atenção e das quais se sentiram parte. Isso não significa dizer que “reconstruíram”, junto com “pedreiros e especialistas” prédios e calçamentos, mas implica em entender como se sentiram participantes disso⁵.

⁵ Entrevista realizada em 5 de Abril de 2004, no Bairro do “Chupa Osso” (Alto de Santana), bairro periférico pobre da cidade de Goiás. Por Cristina Helou Gomide. Entrevistados: Maria Lúcia e seu esposo Luiz Antônio. Essa entrevista foi fundamental no processo de interpretação da memória em torno do rio. Ambos participaram direta e indiretamente por meio de histórias contadas sobre o local e por meio de experiência vividas com as enchentes,

Percebe-se aí que o rio faz parte da memória dos dois narradores, pois é parte de experiências vividas, ou na infância, ou por pais e avós, ou até quando adultos. Os entrevistados trazem em suas narrativas a memória do trabalho com o garimpo e da lavagem de roupas no rio. Rememoram outras enchentes, com as quais não conviveram, mas sobre as quais ouviram seus antepassados falarem⁶. O evento de 2001, ou a memória da enchente, é parte de experiências vividas em torno do rio.

Assim constituíram histórias e memórias sobre o rio. Nelas, imagens criadas em torno da gênese urbana, trazem também uma trajetória do “caos”. Na literatura local, ou na imprensa ainda dos séculos XVIII e XIX, isto está evidente. Nos *folders*, a propaganda e, ao mesmo tempo a imagem do caos como visibilidade turística, marcando uma dialética do caos.

Pode-se ver, ainda no século XVIII, que a “Notícia Geral da Capitania de Goiás, de 1783”, publicou um texto sobre uma forte enchente, ocorrida em 1782. Nele, há o relato de que a enchente foi provocada pelas cheias do Rio Vermelho, assolando a então Vila Boa de Goiás e suas construções urbanas dos arredores do rio. No texto, o Rio Vermelho aparece como embrião da história local, além de pivô da “tragédia”. Consecutivamente, o texto traz o termo “monumentos” para apresentar as edificações oficiais e religiosas da então Capital da Província:

Vila Boa é a Capital desta Capitania. Está situada em uma baixada do rio Vermelho, cuja corrente a divide quase em duas parte iguais, e se comunicam seus moradores por 3 pontes de madeiras, destruídas inteiramente pela força de uma grande cheia do dia 9 de janeiro de 1782 (...) Seus monumentos mais decantados são: a grande Matriz, fundação do seu princípio, a Casa de Fundação, obra do Senhor Conde dos Arcos, a forte e vistosa Cadeia e Casa de Câmara do Governo do Senhor João Manoel de Mello. A Contadoria e fonte pública do tempo do Sr. Barão de Mossâmedes. O passeio público e a bem fundada Casa dos Açoures, no Governo do Senhor Luiz da Cunha Menezes, o mais desejoso de a beneficiar. Tem, além da Matriz, seis Capelas: Nossa Senhora do Rosário, da ao Morte, da Lapa, do Carmo, São Francisco de Paula e Santa Bárbara.⁷

Cora Coralina alimenta o “mito de origem”, abordando, por exemplo, a “lenda do Anhanguera”; Cora escreveu sobre Bartolomeu Bueno, aquele que desbravou Goiás, plantou uma cruz e demarcou terreno; escreveu sobre uma história de domínio e poder. O que se pode

⁶ Sobre essa Memória vivida “por tabela” ver POLLACK, Michel. O autor aborda uma forma interessante de interpretação da memória construída ao longo do tempo. Sua abordagem é interessante aqui porque fornece pistas para percebermos o modo como algumas histórias e memórias vão se constituindo.

⁷ NOTÍCIA geral da Capitania de Goiás em 1783, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice 16.3.2. in PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. História de Goiás em Documentos – Colônia. Coleção Documentos Goianos n. 29. Goiânia: UFG, 1995, p. 47. Trata-se de uma coletânea de fontes e, desse modo, entendo-as como fontes históricas.

dizer é que sua narrativa é carregada dos valores de sua época. A autora formaliza, com uma linguagem própria, valores vigentes, pois, “a literatura, embora possa ser outras coisas, é o processo e o resultado de composição formal dentro das propriedades sociais e formais de uma língua.” (WILLIAMS, 1997, p.51)

A história da Cidade de Goiás, tendo o Rio Vermelho em sua gênese, não se restringiu à literatura local, nem somente aos manuscritos e documentos de governo dos séculos XVIII e XIX. Na imprensa escrita, trechos inteiros se dedicaram a descrever a história da antiga capital. Neles, está uma história que foi valorada ao longo dos tempos, construída através de representações que permaneceram no imaginário de escritores como Cora e de moradores da cidade.

A história da cidade, já narrada, dentre outros, por Silva e Souza – ainda no século XVIII -, publicada por editoras goianas depois da segunda metade do século XX e, no mesmo período, pesquisada pelo historiador Luiz Palacin⁸ (PALACIN, 1994), foi reforçada também por jornais da mesma época. Em 1977, a Folha de São Paulo, jornal de origem paulistana hoje de importância nacional, reproduziu em reportagem a história de Goiás e nela, apontou o que os livros editados já contavam. É importante entender que a história contada pela imprensa sobretudo num jornal de circulação tão abrangente, avança na opinião pública de forma bastante intensa. No texto a Cidade de Goiás é representada como a “cidade da cultura.” Isto é mais profundo do que as palavras escritas podem dizer. O significado destas palavras está impregnado de valores da época, pois nesse período a cidade estava prestes a viver a experiência do segundo tombamento realizado pelo IPHAN no local.

O termo “cultura” estava em voga. Práticas culturais, lendas, artesanato, folclore, produções artísticas e literárias ganharam maior destaque. No papel, mais do que na prática, a preservação de tradições não palpáveis, como festas, rezas ou práticas de alimentação, faziam parte desse conjunto. O fato de apontar “a cidade da cultura” tendo como base “a cidade do ouro” passou a ser a representação da cidade naquela época. É o reforço do “mito de origem”, em função do “mito da necessidade”. Goiás galgou um espaço ainda maior nessa trajetória que comumente chamo de “construção da imagem de cidade histórica”. E também o jornal Folha de São Paulo assim se refere à Cidade de Goiás:

⁸ É considerado o primeiro historiador de Goiás. Tem uma vasta pesquisa sobre a região. De formação jesuítica, questionou a abundância do ouro em Goiás. Ver PALACIN, Luis, 1994.

Diz a história que no dia 26 de julho de 1.727 o filho de Bartolomeu Bueno da Silva fundou o arraial de Sant'Ana às margens do rio Vermelho, região rica em ouro. Passados 250 anos a hoje cidade de Goiás, ex-capital do estado, deixada ao abandono pelo patrimônio histórico, tem pregado este aviso em frente à sua prefeitura: 'trocamos o ouro pela cultura.'

A cidade se orgulha do passado, de uma história que se confunde com as lendas. A avó de Goiandira, famosa por seus quadros feitos com areias da região, contava da grande enchente de 19 de março de 1839 que derrubou a igreja de Nossa Senhora da Lapa, das pessoas que morreram agarradas a baús repletos de ouro levadas pelas águas do rio Vermelho, de quilos, de arrobas de ouro. Uma riqueza que não deixou rastros, só lendas. (...)

Segundo Celso Furtado, durante o século XVIII, a produção brasileira de ouro superou o volume que a Espanha extraiu de suas colônias durante os dois séculos anteriores.

A questão é que o município, atualmente, está às voltas com graves problemas de contaminação de águas, necessitando do saneamento de seus cursos hídricos o mais rapidamente possível. Foi para buscar a solução desses e de outros problemas sérios, que acaba de ser constituída a Organização de Resgate Ambiental Vilaboense, presidida pela professora Valdecy Alencastro Veiga e tendo como presidente de honra o promotor Sullivan Silvestre Oliveira, coordenador estadual do Meio Ambiente do Ministério Público.

Viajando no tempo, ouvindo histórias, lendo artigos de jornais e manuscritos de época, lendo cartazes, *folders* turísticos, nomes de hotéis e bares, vejo o Rio Vermelho como uma referência cultural marcada por ambigüidades e contradições. Carregado de múltiplas experiências vividas de diferentes formas, o rio faz parte das histórias da Cidade de Goiás, porque é parte das várias memórias que envolvem as pessoas que ali vivem ou que visitam a cidade, tornando-se forte inspiração para artigos de jornais, reportagens televisionadas e discussões patrimoniais preservacionistas.

Fontes:

Imprensa:

Jornal O Popular, 6 de maio de 2003, "Começa a Recuperação de calçamento de Goiás."

Autora Marília Assunção.

Arquivo O Popular, Pasta Cidade de Goiás, pesquisa de julho de 2005.

Jornal O Popular, 6 de maio de 2003, "Começa a Recuperação de calçamento de Goiás."

Autora Marília Assunção.

Arquivo O Popular, Pasta Cidade de Goiás, pesquisa de julho de 2005.

Entrevista realizada em 5 de Abril de 2004, no Bairro do "Chupa Osso" (Alto de Santana), bairro periférico pobre da cidade de Goiás. Por Cristina Helou Gomide. Entrevistados: Maria Lúcia e seu esposo Luiz Antônio.

NOTÍCIA geral da Capitania de Goiás em 1783, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Códice 16.3.2. in PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. História de Goiás em Documentos – Colônia. Coleção Documentos Goianos n. 29. Goiânia: UFG, 1995, p. 47

Jornal Folha de São Paulo, 26/07/1977. “Memória da cidade marcada pelo Ouro.”

Arquivo Jornal o Popular, Pasta Cidade de Goiás. Pesquisa de julho de 2005.

Jornal Folha de São Paulo, 26/07/1977. “Memória da cidade marcada pelo Ouro.”

Arquivo Jornal o Popular, Pasta Cidade de Goiás. Pesquisa de julho de 2005.

Jornal O Popular, 11 janeiro 1992, “Associação luta pelo saneamento”, Goiânia/GO

Arquivo O Popular, Pasta Cidade de Goiás, pesquisa de julho 2005.

Narrativas Orais:

Entrevista com Arquimino, em sua residência, no bairro Alto de Santana, em abril de 2004, na cidade de Goiás, por Cristina Helou Gomide.

Entrevista com Maria Lúcia, no bairro Alto de Santana, na cidade de Goiás, em abril de 2004, por Cristina Helou Gomide.

Entrevista com Maria de Souza de Jesus e Silva, rua da Conceição, no bairro Santa Bárbara, na cidade de Goiás, em abril de 2004.

Entrevista com Luís Antônio, no bairro Alto de Santana, na cidade de Goiás, em abril de 2004, por Cristina Helou Gomide.

Entrevista com Rosalina Mendes dos Santos, no bairro Alto Santana, na cidade de Goiás, abril 2004, por Cristina Helou Gomide.

Folders:

FOLDERS turísticos da cidade de Goiás:

Folder V FICA, 2004;

- Folder antigo PALÁCIO CONDE DOS ARCOS, 1997;

Bibliografia Utilizada:

COELHO, Gustavo Neiva. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás – Vila Boa*. v. 1, Goiânia: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1999.

CORALINA, Cora. *Villa Boa de Goyaz*. Goiânia: Global, 2003

DELGADO, Andréa Ferreira. *A invenção de Cora Coralina na batalha das memórias*. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Campinas, 2003

PALACIN, Luís. *O século do ouro em Goiás: 1722-1822*. Goiânia, UCG, 1994.

PALACIN, Luis; GARCIA, Ledonias Franco; AMADO, Janaína. *História de Goiás em Documentos – Colônia*. Coleção Documentos Goianos n. 29. Goiânia: UFG, 1995

PASSERINI, Luisa. Mitobiografia em história oral. In: *Revista Projeto História*, São Paulo, 10: 29-40, 1993.

PORTELLI, Alessandro. Tentando Aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. *Revista Projeto História*. São Paulo, (15: 13-49), abril/1997.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In *REVISTA Tempo*, RJ, vol 1, n. 2, 1996

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade.” In *REVISTA Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.